

## Carta do Gestor / janeiro 2025

### Internacional

No primeiro mês de 2025, as bolsas norte-americanas subiram, o dólar se desvalorizou perante as mais importantes moedas e os juros futuros recuaram um pouco. Também no Brasil esse cenário se repetiu. No entanto, enquanto nos Estados Unidos, o FED decidiu interromper a queda dos juros, no Brasil o Copom optou por um novo aumento da taxa Selic.

Na zona do Euro, a agência Eurostat divulgou que a taxa de inflação do consumidor anualizada subiu novamente, pelo quarto mês consecutivo, desta feita de 2,40% em dezembro, para 2,50% em janeiro de 2025. Mesmo assim, o Banco Central Europeu – BCE decidiu em sua última reunião, no final de janeiro, reduzir a taxa de depósitos para 2,75% a.a., a de refinanciamento para 2,90% a.a. e a de liquidez para 3,15% a.a. Ao final da reunião acenou que novas reduções neste ano ocorrerão. A agência também informou que o PIB da região no quarto trimestre de 2024 ficou estável em relação ao trimestre anterior, quando se esperava uma pequena alta. Em todo o ano de 2024, o crescimento foi de 0,70% frente ao ano anterior.

Nos EUA, foi divulgado que foram criadas, em janeiro deste ano, 143 mil novas vagas de trabalho não rural, quando se esperava 170 mil. Já a taxa de desemprego, caiu de 4,10% para 4,00%. Quanto a taxa de inflação do consumidor anualizada, o aumento de 2,90% em dezembro, para 3,00% em janeiro de 2025 foi o quarto consecutivo e pesou na manutenção dos juros pelo FED, que não se comprometeu com futuras reduções da taxa. Também foi divulgado que o PIB do quarto trimestre de 2024 cresceu 2,30%, em relação ao trimestre anterior, em taxa anualizada, e encerrou o ano de 2025 com evolução de 2,50%, em linha com as expectativas.

Na China, a inflação anual do consumidor alcançou a marca de 0,50% anualizada e atingiu o maior nível dos últimos cinco meses. Já o PIB apresentou crescimento de 5,40% no último trimestre de 2024, frente ao último trimestre do ano anterior, resultado acima dos 5,00%, a meta do governo.

No mercado de renda fixa, as taxas de juros dos títulos de dez anos do governo alemão, que iniciaram janeiro de 2025 em 2,37% a.a., encerraram o mês em 2,46% a.a., já os juros dos títulos de 10 anos do tesouro norte-americano, que no início do mês rendiam 4,57% a.a., recuaram para 4,54% a.a. no final do mês. Quanto a bolsa norte-americana, medida através do índice S&P 500, a valorização em janeiro foi de 2,70%, acumulando alta de 23,12% nos últimos 12 meses.



## Brasil

De acordo com o IBGE, a inflação do consumidor em janeiro deste ano, medida através do IPCA, subiu 0,16%, a menor taxa para um mês de janeiro desde o Plano Real. A redução do ritmo de alta da taxa foi impulsionada pela queda dos preços da energia residencial, com a ocorrência de chuvas. Em 12 meses o IPCA acumulou alta de 4,56%, ainda acima da meta de 4,50% fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Os grupos de transportes, alimentação e bebidas foram os que mais impactaram no índice de janeiro.

No setor externo, a balança comercial do país, teve, em janeiro deste ano, superávit de US\$ 2,16 bilhões. Foi o pior resultado para um mês de janeiro desde 2022 e registrou uma queda de 65% em relação ao mesmo mês do ano passado. O dólar, por sua vez, teve queda de 5,85% no mês e passou a acumular alta de 18,14% em 12 meses.

Em relação à atividade econômica, o Banco Central divulgou o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica), considerado uma prévia do PIB, que apontou estabilidade no último trimestre de 2024. O indicador sinalizou que o crescimento da economia brasileira no ano que passou foi de 3,80%.

Quanto ao mercado de ações, o índice Ibovespa avançou 4,86% em janeiro e passou a acumular queda de 1,83% em 12 meses. O fluxo de capital estrangeiro para a B3 foi positivo no mês em R\$ 6,82 bilhões, o melhor resultado desde agosto de 2024.

Em relação ao mercado de crédito, de acordo com o documento Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgado mensalmente pelo Banco Central do Brasil, a carteira de crédito total do Sistema Financeiro Nacional – SFN, alcançou R\$ 6,40 trilhões no final de 2024, com expansão de 10,90% no ano. Houve avanço de 9,10% no saldo das operações de crédito com pessoas jurídicas e avanço de 12,10% no das operações com pessoas físicas. O crédito livre destinado às empresas somou R\$ 1,40 trilhão em 2024 e cresceu 8,40% no ano e o destinado às famílias somou R\$ 2,20 trilhões, com expansão de 12,30% no ano.

## Perspectivas Cenário Macro

Após a última reunião, em que o FED interrompeu o ciclo de corte e manteve os juros no intervalo entre 4,25% e 4,50% a.a., o presidente da instituição, Jerome Powell, afirmou que a inflação americana se aproximou bastante da meta, mas segue alta. E também mencionou que a instituição não tem pressa em promover mais ajustes nas taxas. Assim, será a evolução dos indicadores macroeconômicos, principalmente os relativos à inflação, atividade econômica e emprego que condicionará os futuros movimentos da autoridade monetária. Em relação aos EUA, também cabe acompanhar as medidas iniciais adotadas pelo governo Trump e o seus impactos principalmente no comércio internacional.

No Brasil o recuo significativo das cotações do dólar em janeiro foi fruto de uma pausa do mercado para aguardar os futuros acontecimentos em relação à política fiscal do governo, além de algumas atuações do Banco Central vendendo a moeda, com o importante auxílio do investidor estrangeiro com os recursos ingressados no país para o mercado de ações, como foi comentado.

É fato que a arrecadação de impostos e contribuições federais alcançou a cifra de R\$ 2,65 trilhões, em 2024, com alta real de 9,62% sobre o ano anterior, sendo a maior da série histórica, em termos reais, iniciada em 1995. No entanto a capacidade de se criar gastos superou a de arrecadar e o mercado aguarda os próximos passo do governo em relação aos cortes de despesas para melhor se posicionar.

Enquanto isso o Banco Central segue elevando os juros e na ata de sua última reunião afirmou que “para além da próxima reunião, a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerá da evolução da dinâmica de inflação, em especial dos componentes mais sensíveis, à atividade econômica e à política monetária”.